

Diferentes e excluídos

Maria José Lopes da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Esta comunicação pretende afirmar a emergência de uma educação anti-racista, no Brasil, ou seja, uma educação que considere os valores e as relações de poder que determinam a cultura.

Para o desenvolvimento desse argumento, apresento, na primeira parte, uma rápida introdução teórica dos dois temas centrais desta comunicação: a globalização e o multiculturalismo.

Num segundo momento, o trabalho procura enfatizar a urgência de uma política educacional inclusiva daqueles cujas histórias e experiências foram tangidas do currículo. Argumenta-se que tal política objetiva ajudar-nos a tratar com equidade as diferenças culturais e ‘raciais’ encontradas na espécie humana, além de ser uma perspectiva que nos permite explicar porque as coisas são como são em termos de relações de poder e questões de igualdade, particularmente, num quadro crescente de exclusão, devido ao impacto das políticas de ajuste estrutural (neoliberalismo e globalização) sobre as populações afro-brasileiras, a saber – desigualdades e discriminações no espaço educacional, em especial na escola básica, levando à exclusão do mercado de trabalho, perda de *standards* mínimos de vida, deterioração das condições de saúde, aumento dos níveis de criminalidade, dentre outros.

O Relatório do Desenvolvimento Humano no Brasil de 1996, aponta que mais de 35% dos negros e 33% dos pardos (termo usado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – para identificar os mulatos) são analfabetos, contra 15% dos brancos. Por outro lado, o próprio governo constata que o analfabetismo funcional é de 41% entre os não-brancos. Na população branca, cai para 22,7%. Isto, num país de mais de 75 milhões de pessoas negras – o que o coloca na 2ª posição no planeta, em termos numéricos, logo depois da Nigéria.

A apropriação da renda também é bastante desigual em relação à composição de cor/raça da população, independente da região considerada. De acordo com os dados da PNAD/99 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), os números mostram que a população de cor branca tem melhores rendimentos que a preta e a parda.

Estes são os números de um conhecido problema que o país divide com todos aqueles que em certa época também empregaram mão-de-obra escrava. Constata-se a brutal diferença entre a qualidade de vida da população negra e a desfrutada pelos brancos. Lamentavelmente, desde a abolição da escravatura, em 1888, não se desencadearam ações consistentes que pudessem facilitar a integração social de negros e “pardos”. Muito menos iniciativas que viabilizassem a ascensão dos poucos que conseguiram escapar da miséria.

As pesquisas apontam, ainda, que a maior diferença encontrada entre os indicadores sociais sobre a população branca e os da negra diz respeito justamente a um dos fatores que, com maior eficácia, poderiam contribuir para a promoção dos excluídos: a educação.

No entanto, nossos indicadores também são alarmantes na área educacional: dados da ONU indicam que o grau de alfabetização da população brasileira é o 93º entre 175 países. Ainda de acordo com as Nações Unidas, o Brasil ocupa o 80º lugar em investimentos em educação, atrás da Etiópia, Índia, etc.

Entretanto, num cenário de sociedade globalizada, entendemos que os atributos de entrada são a qualificação profissional e a plena posse dos atributos de cidadania. Para isso, seria premente que o Estado restaurasse a sua capacidade de investimentos na área social. E um dos caminhos é, justamente, educar a população.

Os números apontados mostram claramente que o sistema educacional é seletivo e discriminatório, porque seleciona em especial os pobres, os negros e os mulatos. No entanto, o Estado brasileiro, ao configurar-se como tal, gerou o modelo de democracia capitalista representativa, tendo como suporte a ideologia liberal. A diversidade étnica que compõe o Brasil é respondida constitucionalmente mediante a igualdade de todos perante a lei, independente de religião, raça, cor ou condição social. Para usufruir desses direitos, porém, elegeu-se uma nação de maioria branca, com carteira de trabalho assinada e com acesso ao desenvolvimento estabelecido na fase inicial do industrialismo. De fora ficou outra nação, de maioria negra, mestiça, indígena e nordestina, sem carteira de trabalho assinada e excluída dos benefícios da industrialização. A violência sofrida por essas pessoas reivindica a importância de discutir-se não apenas a ética ou a moral, mas também, a hora e a vez do racismo entrar na cena pública da sociedade brasileira.

A diagnose do racismo escolar tem demonstrado que ele é transmitido através dos rituais pedagógicos que se reproduzem dentro do espaço institucional, a saber: currículos oculto e explícito, relações interpessoais, metodologias, correntes pedagógicas, processos educacionais, critérios de avaliação, material didático e paradidático, etc.

Cabe enfatizar que a educação infantil – ou pré-escola (0 a 6 anos) – é vista cada vez mais como uma das fases essenciais da aprendizagem, e não apenas como preparação para ela. A natureza da aprendizagem, a relação das pessoas com o conhecimento é sempre a mesma, independente da idade. Por definição, a escola é o lugar de transmissão de um patrimônio cultural. Em vista disto, a educação infantil já é o início da aquisição de conhecimentos. Até a forma de se relacionar com as pessoas é aprendida muito cedo. É, pois, na convivência com os conteúdos da pré-escola (brincadeiras, jogos educativos, textos orais e escritos, convívio, etc.), que as crianças constroem o repertório de valores – e também de preconceitos e estereótipos – que são reproduzidos pela sociedade. É aí que entra a questão do “currículo oculto”, que se pode transmitir até com um simples olhar. No entanto, especialistas chegam a classificar boa parte das creches e pré-escolas da rede pública como meros “depósitos de crianças”.

A produção acadêmica e os indicadores sociais têm demonstrado que a desigualdade é o traço mais marcante da sociedade brasileira, sob qualquer aspecto que se analise: renda,

região, raça ou sexo. Neste sentido, o racismo, na nossa sociedade, deve ser encarado como sistêmico e não individual de *per se*, porque está ligado à divisão da sociedade com base na cor da pele, nacionalidade, religião, língua, linguagem, etc. Tal divisão beneficia quem controla o poder econômico e político – uma parte ínfima da sociedade, pois esta é a chave para preservar o seu predomínio ilegítimo. Esses privilégios, no entanto, não atingem a todos os que têm a pigmentação branca; quer dizer, nem todos os brancos se beneficiam do racismo, e nem são responsáveis por ele.

As proposições da modernidade – que se reivindica globalizada –, têm um forte conteúdo ideológico e ético. No entanto, as fronteiras da modernidade vêm de muito longe. Não cabe no escopo desta comunicação definir o que vem a ser modernidade nestes tempos que, para uns, devem ser definidos como pós-modernos. A esse respeito, cito Leonardo Boff: *“Segundo certa interpretação a partir do pensamento originário (M. Heidegger), o sentido de ser da modernidade já se encontrava in nuce na viragem dos pré-socráticos aos socráticos, quando irrompeu o logos epistêmico com o surgimento da metafísica da identidade humana ocidental. Ela se centraliza ao redor da razão como vontade da pronúncia apropriativa do mundo, como submetimento ou destruição da diferença e redução da natureza a um repositório de recursos entregues ao bel prazer de ser humano”*.

Eis a modernidade cujos “progressos”, no sentido da afirmação destes paradigmas, traduz-se, nos dias atuais, como crise civilizacional cuja abrangência se descortina em escalas global e mundial.

No entanto, algumas impressões me permitem acreditar que, longe da criação de novos paradigmas, o que vivemos no momento é a radicalização de pressupostos estabelecidos, fundamentalmente, a partir das necessidades de manter os aportes lucrativos dos senhores da economia, com o apoio incondicional da ciência e da tecnologia. A vontade de poder se instrumentaliza: conhecer para dominar. Afirma Henrique C. de Lima Vaz, que as sociedades padecem de um “nihilismo ético” cuja origem, segundo ele, está na ruptura, por parte destas sociedades, com os valores relacionados à ética e à tradição. Ruptura, que atinge o próprio *ethos* desta sociedade, inscrito na história, bem como as suas possibilidades de futuro. Afastada desta morada, deste “recesso seguro” do ser, a humanidade estaria pondo em risco o seu próprio vir-a-ser, abandonando o fluxo da paixão cotidiana de sonhar-se e projetar-se em direção ao futuro de sua existência. Rompe-se com os espaços de encontro, consenso e colaboração. Instaura-se, em vista disto, uma ordem desafiadora para aqueles que, diante de tão graves questões, buscam atuar no campo da ética. Tais desafios vão requisitar uma resposta urgente e original, ainda que saibamos que o sujeito transformador é fruto de um projeto pedagógico de longo prazo.

No balcão de ofertas, a pluralidade hoje tem o nome de globalização. Globalização significa um momento da expansão de paradigmas ocidentais e capitalistas por territórios antes inacessíveis, sobretudo por causa da Guerra Fria. Na outra ponta da mundialização do mercado, e seguindo a reboque desta, surge o discurso da globalização da humanidade. Seu ponto de partida é simples e relaciona-se com utopias colocadas por muitos desde a Antigüidade: a construção da sociedade universal. O discurso da globalização tem como um dos seus pilares, além da expansão de paradigmas ocidentais e da unificação de

mercados, a transformação da informação – informação esta parcializada, uma vez que emanada de padrões ocidentais capitalistas, eurocêtricos, masculinos, cristãos – em moeda de barganha e passaporte para um novo papel dos cidadãos na articulação vigente. O pressuposto desta mundialização é a dominação e a destruição do outro, do diferente. Junção dos sonhos de alguns com os interesses perversos de outros, o discurso da globalização tem conquistado adeptos em todas as frentes – nas artes, nas ciências, na filosofia, na comunicação. Quantas vezes tais adesões se dão desacompanhadas da necessária análise, tanto do ponto de vista ético e social quanto da perspectiva da alteridade?

Pensar a cultura brasileira é trazer à tona uma antropofagia de indígenas, africanos e europeus – homens e mulheres. A metáfora da antropofagia, inclui, assim, disputas, dominação e derrotas. Dizer isto de outra maneira é afirmar que, no Brasil, de formação multicultural, elementos da cultura africana, da cultura indígena e da cultura européia coexistem, potencializam-se, destroem-se. No entanto, esta convivência, ao contrário de ser harmônica, tem sido marcada por um alto grau de conflito, totalitarismo e intolerância, expressos nos mecanismos explícitos e/ou subjetivos individuais e coletivos, de supressão, dissociação ou ocultação das características e costumes originais. Assim, mecanismos de resistência ética à subjugação têm sido construídos. Tais mecanismos vêm sendo elaborados no cotidiano das religiões, dos movimentos sociais, dos movimentos culturais. De acordo com Muniz Sodré, *“dentro ou fora do discurso antropológico, a palavra cultura relaciona-se com as práticas de organização simbólica, de produção social de sentido, de relacionamento com o real”*. Ou seja, cultura é um modo de estar no mundo. Um jeito de dizer-se e de dizer do outro – onde o outro, é a diferença que existe para além do eu, e inaugura um limite para o que eu sou. Tomando como referencial teórico esta perspectiva de “cultura”, até que ponto pode a Universidade oferecer soluções às contradições presentes no interior da sociedade e da escola?

Ao pensar a Escola brasileira, cremos que a Universidade terá que aprofundar esta visão: como garantir o acesso aos “diferentes” e, ao mesmo tempo, atender, da melhor maneira possível, à realidade de nossa sociedade e à expectativa do aluno? Essa é uma tarefa complexa e cabe propor alternativas viáveis.

Ao tentarmos recuperar para o educador universitário a possibilidade de repensar com autonomia os fundamentos e os objetivos da Educação nos moldes do Multiculturalismo anti-racista, acreditamos estar colaborando para a construção de uma prática pedagógica pautada no compromisso com a formação de uma cidadania mais verdadeira, porque não excludente, em relação aos diferentes grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Dando-nos conta de que o papel social da Universidade está posto parcialmente, nos documentos oficiais, cabe melhor defini-lo, objetivando criar uma nova Universidade capaz de propor medidas educativas de combate ao etnocentrismo, ao preconceito racial e ao racismo, com base nos princípios éticos da igualdade, equidade e justiça, na promoção da qualidade de vida e no respeito aos direitos humanos.

Dominação e exclusão, racismo e sexismo são elementos operantes entre nós e constituem uma ordem onde os negros e negras, e sua forma de ser no mundo, são aprisionados num desvalor. Como romper com o desenraizamento construído a partir desta subjugação?

Como considerar a diversidade étnico-cultural, e de gênero, e o respeito às diferenças, na análise e nas proposições emanadas das ciências, das políticas públicas e do sistema educacional? Como dar visibilidade às características culturais que, na vivência da escola, da Universidade e das novas gerações, carecem de valor, e, a partir daí, propor uma nova abordagem que se inicia na aceitação da diferença também por parte de professores e alunos? Como aproximar a tradição dos novos conceitos de ecologia humana? Como traduzir sinais da coexistência de diversos modelos culturais em nossa sociedade capazes de servir de estímulo à apreensão de práticas preventivas das afecções mais comuns em saúde escolar – acidentes, doenças infecciosas, DST – não apenas na vivência individual, como também na relação com o outro? Na busca de novas razões para existir no mundo, como poderá a cultura afro-brasileira oferecer aos jovens alunos e alunas (e também professores) uma forma de contraposição ao niilismo ético que grassa, oferecendo sentido aos gestos, às escolhas cotidianas, ao processo educacional?

É sabido que, de uma forma geral, os programas convencionais de graduação não preparam os graduandos para lidarem com a diversidade de sua futura clientela. Pelo contrário, formam o profissional monocultural, contribuindo freqüentemente para legitimar e reforçar as atitudes e os valores que deveriam visar corrigir. Por isso, as necessidades de formação neste âmbito são vastas e cobrem uma pluralidade de domínios, como tem sido enfatizado por formadores e investigadores de vários países que se têm empenhado na educação inter/multicultural.

Seria necessário, então, utilizar um conjunto de estratégias nos programas de graduação dos futuros atores sociais de forma a prepará-los para lidarem com a população oriunda de grupos étnicos “minoritários”.

O papel do professor é ético, político e profissional; ele opera com um discurso em que as questões substantivas da justiça social e da igualdade não podem ser desprezadas.

Nossa missão é promover uma educação de qualidade para estudantes de todas as raças e culturas. Para tal, precisamos enfrentar os problemas da desigualdade educacional, cultural, além do racismo institucionalizado na educação.

